



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus n.º 0327279-5 – 1ª Vara da Comarca de Bezerros-PE

Impetrante	Pollyanne Nadjia pontes dos Santos
Paciente	José Gilvan dos Santos
Relator:	Des. Roberto Ferreira Lins
Relator Convocado:	Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Procuradora:	Dra. Lúcia de Assis
Órgão Julgador:	Primeira Câmara Criminal

**EMENTA:** PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS* LIBERATÓRIO. ARTIGO 121, §2º, II, DO CP. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA. APLICAÇÃO DA LEI PENAL. SÚMULA 89 DO TJPE. ORDEM DENEGADA.

1. O decreto preventivo está devidamente fundamentado e trouxe dados concretos extraídos dos autos que justificam a segregação antecipada do paciente. Portanto, a sua prisão tem amparo no sistema em vigor, não sendo ilegal e nem abusiva, única hipótese do pedido vir a ser acolhido em sede de *habeas corpus*.
2. Desse modo, não se vislumbra patente ilegalidade, passível de concessão da ordem, eis que a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente também se encontra fundamentada na fuga do réu do distrito da culpa, fato que demonstra a necessidade da manutenção da medida constritiva, a fim de assegurar a aplicação da lei penal.
3. De acordo com a Súmula nº 89 deste Sodalício, a simples fuga do distrito da culpa já é motivo suficiente para a decretação da prisão preventiva.
4. As alegadas condições pessoais do paciente, além de não provadas, não são garantidoras de direito à liberdade provisória, se a manutenção da custódia é recomendada por outros elementos autorizadores da segregação, consoante a Súmula nº 86 deste Tribunal de Justiça.
5. Ordem denegada. Decisão unânime.

**A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* n.º 0327279-5, da 1ª Vara da Comarca de Bezerros-PE, em que são partes as acima indicadas. Acordam, unanimemente, os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada em / / 2014, denegar a ordem, tudo de acordo com a ementa e os votos, que fazem parte do julgado.

Recife, 16 de

de 2014.

Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto  
Relator Convocado



Habeas Corpus n.º 0327279-5 – 1ª Vara da Comarca de Bezerros-PE

Impetrante	Pollyanne Nadja Pontes dos Santos
Paciente	José Gilvan dos Santos
Relator:	Des. Roberto Ferreira Lins
Relator Convocado:	Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto
Procuradora:	Dra. Lúcia de Assis
Órgão Julgador:	Primeira Câmara Criminal

### RELATÓRIO

Cuida-se de *Habeas Corpus* liberatório, com pedido liminar, interposto por Pollyanne Nadja Pontes dos Santos em favor de José Gilvan dos Santos, preso preventivamente pela suposta prática do crime previsto no art. 121, §2º, inciso II, do Código Penal.

Alega que, após o fato, em face da discórdia gerada em torno do caso, o paciente resolveu sair do município de Bezerros para a cidade de São Paulo. Alega, ainda, que o seu irmão, temendo represálias, informou ao Oficial de Justiça que o paciente encontrava-se em local incerto, razão pela qual foi decretada a sua revelia.

Assere que a revelia do réu não é motivo suficiente para embasar o decreto de prisão preventiva, pugnando pela concessão da liberdade provisória do paciente, consoante o art. 327 do CPP.

Ao final, aduz que o paciente é primário, sem antecedentes, com emprego fixo e família constituída, não havendo necessidade da manutenção do decreto prisional, mais ainda pelo fato de a ordem pública não estar ameaçada e nem haver risco à aplicação da lei penal.

Indeferido o pedido liminar (fl. 41), a autoridade impetrada prestou informações, fls. 59/62, esclarecendo que o acusado foi denunciado pela suposta prática do delito previsto no art. 121, §2º, II, do CP, que ocorreu em 10.02.1991, tendo sido preso no Estado de São Paulo apenas em 01.10.2013, quando foi determinada a sua intimação pessoal. Esclarece, ainda, que a sessão de julgamento pelo Tribunal o Júri está designada para o dia 16 de julho do corrente ano.

A d. Procuradoria de Justiça, em parecer de fls. 67/69, opinou pela denegação da ordem, entendendo que o paciente se evadira do distrito da culpa, tendo, inclusive, fixado residência em outro Estado da Federação.

É o relatório.

### VOTO

Senhores Desembargadores,  
Sr (a) Procurador (a) de Justiça.

É consabido que a jurisprudência hodierna tem proclamado que a prisão cautelar é medida de caráter excepcional, devendo ser imposta ou mantida apenas quando atendidas, mediante decisão judicial fundamentada (art. 93, IX, da Constituição Federal), as exigências do art. 312 do Código de Processo Penal. Isso porque a liberdade, antes da sentença condenatória definitiva, é a regra, e o enclausuramento



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins**



**Habeas Corpus n.º 0327279-5 – 1ª Vara da Comarca de Bezerros-PE**

provisório, a exceção, por força do princípio da presunção de inocência ou da não culpabilidade.

A alegação de que o paciente, considerando a discórdia gerada em torno do caso, resolveu fixar residência no estado de São Paulo, não merece guarida, mais ainda pelo fato de que ele, a todo momento, sabia da existência de uma ação criminal em seu desfavor. Nesse aspecto, não podemos olvidar que o impetrante asseverou que o irmão do paciente, temendo represálias, afirmou que o mesmo estava em local incerto.

Portanto, analisando as informações prestadas pelo juízo de 1º grau, em conjunto com as alegações suscitadas pelo impetrante, constato, sim, que o paciente evadiu-se do distrito da culpa.

Sendo assim, verifico que a custódia encontra-se amparada nos requisitos e fundamentos do art. 312 do Código de Processo Penal, diante da necessidade de acautelamento, especialmente, para garantir a aplicação da lei penal.

Ademais, de acordo com a Súmula nº 89 deste Sodalício, a simples fuga do distrito da culpa já é motivo suficiente para a decretação da prisão preventiva.

De mais a mais, sabe-se que a concessão da liberdade provisória tem por pressuposto básico a inexistência dos motivos autorizadores da decretação da prisão preventiva, previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal, quais sejam, (i) a necessidade de se resguardar a ordem pública e/ou (ii) a ordem econômica, (iii) para a conveniência da instrução criminal ou (iv) para assegurar a aplicação da lei penal.

Assim, fica esclarecido, da análise dos autos, que a decretação da prisão do paciente tem amparo no sistema em vigor, não sendo ilegal e nem abusiva, únicas hipóteses do pedido vir a ser acolhido nesta sede.

Por fim, as alegadas condições pessoais do paciente, além de não provadas, não são garantidoras de direito à liberdade provisória, se a manutenção da custódia é recomendada por outros elementos autorizadores da segregação, consoante a Súmula nº 86 deste Tribunal de Justiça.

Feitas essas reflexões, voto no sentido da **denegação da ordem**, haja vista que o paciente não está sofrendo, sob qualquer ângulo de análise, constrangimento ilegal.

É como voto.

  
Juiz Joaquim Pereira Lafayette Neto  
Relator Convocado